



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*

MBA em Gestão pública com ênfase em cidades
inteligentes

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	2
2. Características Técnicas do Curso	2
3. Público Alvo.....	2
4. Critérios de Seleção	2
5. Justificativa do Curso	3
6. Objetivos do Curso	3
7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	4
8. Estágio Não Obrigatório.....	6
9. Matriz Curricular	7
10. Carga Horária	8
11. Conteúdo programático.....	8
12. Infraestrutura Física e Pedagógica	25

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: MBA em Gestão pública com ênfase em cidades inteligentes

Área de Avaliação (CAPES): Administração, ciências contábeis e turismo

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (6.000.00-07)

Área do Conhecimento (CAPES): Administração (60200006)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

Servidores públicos e agentes políticos graduados em nível superior, bacharéis graduados especialmente em Exatas, Engenharias, Arquitetos, Ciências Sociais, Ciência Política, Administração, Direito, Economia, Ciências Contábeis e demais profissionais graduados com motivação e potencial para a realização de estudos acadêmicos aplicados à Administração Pública voltada para a tendência das chamadas Cidades Inteligentes.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

As mudanças na Administração Pública abriram espaço para a dinamização dos gastos públicos, tanto na esfera Federal, quanto nos Estadual e Municipal. Nos últimos anos, verifica-se a combinação de conceitos e práticas da esfera privada para a pública, que possibilitam uma gestão mais ágil e transparente e que agregado aos conceitos de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, excelência operacional e resultados, permitem agregar valor mediante implementação de soluções tecnológicas.

Portanto, no cenário de transformações tecnológicas, há a necessidade e um universo inexplorado de possibilidades para aumentar eficácia e eficiência dentro dos espaços urbanos atuais. No entanto, ocorre, inclusive por motivo de falta de mão de obra qualificada, um movimento razoavelmente lento entre as teorias da administração pública estudadas e a efetiva aplicação prática no cotidiano das organizações burocráticas, principalmente no âmbito municipal.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- O curso objetiva formar profissionais de nível superior para atuarem na administração pública, de modo a preparar os futuros gestores para planejar, organizar, dirigir e avaliar projetos tecnológicos e de acessibilidade, contribuindo para a solução de problemas organizacionais.

6.2. Objetivos Específicos

- Municiar o aluno com os fundamentos da Administração Pública e do seu planejamento por meio da análise das relações políticas e sociais que se estabelecem na definição do modelo de Estado e dos mecanismos de regulação estatal, bem como dos fundamentos do modelo financeiro adotado no país em análise comparativa internacional. As modernas ferramentas da gestão dos recursos humanos serão avaliadas em perspectiva comparada com os modelos operados na iniciativa privada e em outros órgãos públicos nacionais e internacionais.
- Dotar o aluno de visão acerca das regulações do Estado, por meio das leis de Licitações e Contratos, Tributação, Orçamento, Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como da aplicação do Estatuto da Cidade entre outras normas a fim de propiciar uma atuação eficaz e norteadas pela legalidade; serão analisados também como se dá a definição, gestão e controle dos gastos e investimentos da Administração Pública e também como se estabelece a comunicação com a sociedade, bem como quais são os fundamentos legais que a orientam.

- Capacitar os alunos para atuar na Administração Pública, por meio das modernas ferramentas tecnológicas necessárias para uma administração eficaz, possibilitando a identificação e o desenvolvimento de oportunidades digitais e de acessibilidade para realizar o aprimoramento da prestação de serviços públicos junto a população.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução

de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Planejamento estratégico na gestão pública	0h	40h	40h
Inovações e sistemas tecnológicos de apoio à gestão pública	0h	40h	40h

Estratégias de captação de recursos para o setor público	0h	40h	40h
Licitações e lei de responsabilidade fiscal	0h	40h	40h
Lei anticorrupção: comparações entre a lei brasileira e outros sistemas anticorrupção	0h	40h	40h
Instrumentos de intervenção urbana	0h	40h	40h
Construções inteligentes e sustentáveis	0h	40h	40h
Gestão da mobilidade e acessibilidade urbana	0h	40h	40h
Tendências e inovações	0h	40h	40h

10. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <
http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papirus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Planejamento estratégico na gestão pública

Ementa: Administração Pública: construção do Estado e da sociedade; estrutura do Estado Brasileiro; organização da Administração Pública brasileira; princípios constitucionais e meios de controle da Administração Pública. Planejamento Estratégico na Administração Pública: Planejamento (fundamentos, processos, tipos); Planejamento estratégico (conceito, etapas do processo, histórico – origem, ascensão, queda e ressurgimento). Planejamento estratégico no setor público: diferença entre setor público e setor privado, planejamento estratégico no setor público, benefícios e dificuldades de implementação. Reforma administrativa e gestão pública: reforma administrativa; gestão nos serviços públicos; dimensão estratégica e comportamental da gestão pública, tipo de serviços públicos e papel do Estado; gestão de serviços públicos e boa governação.

Objetivo: A disciplina “Planejamento Estratégico na Gestão Pública” procura compreender a estrutura do Estado e da Administração Pública para, posteriormente, delinear o planejamento estratégico na Administração Pública. Não obstante, busca-se analisar a reforma administrativa e seus impactos na

gestão pública. Assim, será possível compreender as mudanças nos modelos de Administração Pública e avaliar os modelos de planejamento estratégico.

Competências e Habilidades:

- Compreender a noção de Estado e como está estruturado o Estado brasileiro;
- Compreender a estrutura da Administração Pública brasileira;
- Conhecer o planejamento estratégico e seu processo na tomada de decisões;
- Conhecer o planejamento estratégico na Administração Pública e seus métodos;
- Desenvolver o planejamento na gestão pública.

Conteúdo Programático 1: A construção do Estado e da sociedade.

O primeiro tema tem como objetivo oferecer um panorama histórico da formação do Estado e da sociedade, bem como, da estruturação do Estado Brasileiro. Para tanto, será apresentado a noção de Estado, identificando as teorias relacionadas à sua origem e desenvolvimento histórico. No que se refere ao Estado brasileiro, busca-se delinear sua estrutura organizacional.

Texto de apoio: MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Conteúdo Programático 2: Administração Pública brasileira.

O segundo tema tem como objetivo apresentar a estrutura da Administração Pública brasileira, de modo a delinear a organização pública, diferenciando Governo, Estado e Administração Pública. Busca-se, ainda, apresentar a Administração Pública em seus três sentidos: principiológico, sentido objetivo e subjetivo. Além disso, objetiva-se identificar os meios de controle da Administração Pública.

Texto de apoio: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Conteúdo Programático 3: Planejamento e processo de tomada de decisão.

O objetivo do terceiro tema é apresentar o planejamento como uma das funções administrativas. Neste sentido, discutem-se os fundamentos do planejamento, que nada mais são do que um tipo particular de tomada de decisão. Traçam-se, ainda, os processos de planejamento e seus três tipos de planejamento: estratégico, tático e operacional.

Texto de apoio: CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração**. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

Conteúdo Programático 4: Planejamento estratégico e seus precedentes históricos.

O quarto tema tem como objetivo analisar o Planejamento Estratégico, de modo a apresentar seu conceito e as etapas do processo de planejamento estratégico. Busca-se, ainda, apresentar seu desenvolvimento histórico, de modo a elencar sua origem, ascensão, queda e ressurgimento.

Texto de apoio: MINTZBERG, Henry et al. **O processo da estratégia:** conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Conteúdo Programático 5: Planejamento estratégico no setor público.

O objetivo do quinto tema é a analisar o Planejamento estratégico no setor público. Para tanto, busca-se delinear as diferenças entre setor público e setor privado e apresentar o planejamento estratégico no setor público, de modo a tratar dos benefícios e dificuldades de sua implementação.

Texto de apoio TROTTMANN, Paula; CORRÊA, Victor. **Planejamento estratégico orientado ao setor público.** São Paulo: Editora Senac, 2019.

Conteúdo Programático 6: Reforma administrativa e gestão pública.

Para o sexto tema busca-se analisar os impactos da reforma administrativa e identificar as técnicas de gestão adotadas pela Administração Pública.

Texto de apoio: LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública:** modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão. Curitiba: InterSaberes, 2016.

Conteúdo Programático 7: Planejamento estratégico na gestão pública.

O objetivo do sétimo tema é traçar a dimensão estratégica e comportamental da gestão pública, bem como os tipos de serviços públicos e o papel do Estado. Busca-se, ainda, delinear a gestão de serviços públicos e a boa governação.

Texto de apoio: MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública:** Abordagem Integrada da Administração e do Direito Administrativo. Atlas: Rio de Janeiro, 2017.

Bibliografia básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos:** os novos horizontes em administração. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado.** 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado.** 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública:** Abordagem Integrada da Administração e do Direito Administrativo. Atlas: Rio de Janeiro, 2017.

MINTZBERG, Henry et al. **O processo da estratégia:** conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia complementar:

ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado.** 27. ed. São Paulo: Método, 2019.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Modelos de gestão em organizações públicas**: teorias e tecnologias gerenciais para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.

CAULLIRAX, Heitor; YUKI, Mauro (Org.). **Gestão pública e reforma administrativa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública**: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão. Curitiba: InterSaberes, 2016.

TROTTMANN, Paula; CORRÊA, Victor. **Planejamento estratégico orientado ao setor público**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

Disciplina: Inovações e Sistemas Tecnológicos de Apoio à Gestão Pública

Ementa: A Sociedade da Informação e sua influência na administração das cidades. Tecnologia aplicada à gestão pública. A transversalidade dos sistemas tecnológicos nos serviços públicos municipais. Modelos, soluções e parâmetros de trabalho com o uso de tecnologia para as cidades brasileiras. As infovias municipais e a transformação do atendimento das demandas sociais mediadas por computador. E tudo isto suportado por mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio, indispensável para que qualquer tecnologia possa ser corretamente implantada. Desorganização Informacional. As ondas de TI. Tecnologias Emergentes. Sistemas de Informações. Governo eletrônico.

Competências e Habilidades:

- Entender a sociedade da Informação e sua influência na administração das cidades e a novação de governo eletrônico;
- Compreender possíveis apropriações tecnológicas no campo da gestão pública, bem como a transversalidade dos sistemas tecnológicos nos serviços públicos municipais.;
- Estudar modelos, soluções e parâmetros de trabalho com o uso de tecnologia para as cidades brasileiras;
- Estudar processos de mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio, indispensável para que qualquer tecnologia possa ser corretamente implantada.

Conteúdo Programático 1: Tecnologia da Informação: história e conceito. Evolução da TI. Demonstração do histórico da evolução de TI, as ondas e ciclos de TI.

Conteúdo Programático 2: Tecnologias emergentes e suas aplicabilidades. Tecnologias Emergentes – ECM. Apresentar as tecnologias emergentes ECM e BPMS e seus envolvimento com o mundo real.

Conteúdo Programático 3: Mapeamento, análise e modelagem de processos. Apresentar mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio. Elementos do Processo de Negócio. Apresentação dos padrões metodológicos.

Conteúdo Programático 4: Sistemas Tecnológicos de Apoio à Gestão Pública. Apresentar as tecnologias que estão sendo empregadas pelos governos para melhorar a vida do cidadão e-gov.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, L. C.; ROCHA NETO, I. **Ciência, Tecnologia e Regionalização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2005. ISBN: 9788576170631.

CRUZ, T. **Sistemas de Informações Gerenciais**. 3ª edição, 20ª reimpressão. São Paulo: Atlas. 2011. ISBN 9788522435227.

CRUZ, T. **WORKFLOW II. A Tecnologia Que Revolucionou Processos**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004. ISBN 9788576500192.

Demais referências

CASTELLS, M., **A Sociedade em Rede**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2007. ISBN: 9788577530366.

COPPIN, B. **Inteligência Artificial**. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

CORRÊA, H. L. **Administração de Cadeias de Suprimentos e Logística: integração na era da Indústria 4.0**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CRUZ, T. **BPM & BPMS: Business Process Management & Business Management System**. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

CRUZ, T. **Sistemas, Métodos & Processos**. 2ª edição – 7ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN: 9788522441488

CRUZ, T. **Sistemas, Organização e Métodos**. 3. ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN: 9788522431571

CRUZ, T. **Gerência do Conhecimento**. Rio de Janeiro: E-Paper, 2007. ISBN 9788576501299.

FOROUZAN, B. A. **Comunicação de Dados e Redes de Computadores**. São Paulo: AMGH Editora, 2010.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

JONES, T. **Supply Chain Management in the Petroleum Industry – the UK experience**. Rio de Janeiro: MDT International, 2010.

LAURINDO, J. **Tecnologia da Informação: planejamento e Gestão de Estratégias**. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 9788522451166.

LOZADA, G. **Planejamento e Controle da Produção Avançado**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

ROCHA, A.; VENDRAMETTO, O. **Seleção de Indicadores de Eficiência da Competitividade Industrial Brasileira**. São Paulo: Blucher, 2016.

SACOMANO, J. B. *et al.* **Indústria 4.0**: conceitos e fundamentos. São Paulo: Blucher, 2018.

SANTOS, M. P.; PERES, S. M.; PAULA, M. H. de. (Orgs.). **História, Cidades, Redes Políticas e Sociais**. São Paulo: Blucher, 2017.

SANTOS, P. K. dos; RIBAS, E.; OLIVEIRA, H. B. **Educação e Tecnologias**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

SHARDA, R.; DELEN, D.; TURBAN, E. **Business Intelligence e Análise de Dados para Gestão do Negócio**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

SILVA, E. B. da *et al.* **Automação & Sociedade**: Quarta Revolução Industrial, um olhar para o Brasil. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.

TURBAN, E. *et al.* **Business Intelligence**: um enfoque gerencial para a inteligência do negócio. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ZOLNERKEVIC, I. Velozes e Poderosos. **Revista Unesp Ciência**, São Paulo, n. 2, p. 18-25, out. 2009. Disponível em: <https://www.unesp.br/aci/revista/ed02/pdf/UC_02_Grid.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Disciplina: Estratégias de Captação de Recursos para o Setor Público

Ementa: Procedimentos utilizados pelas administrações públicas municipais para avaliação de problemas nas cidades, seleção de prioridades, desenvolvimento de projetos, alocação de recursos e implantação de serviços e obras por meio do aporte de recursos externos captados junto a agências de fomento e organismos de financiamento do governo federal, dos governos estaduais e de projetos em parceria com entidades da sociedade civil.

Competências e Habilidades:

- Identificar e priorizar os problemas da cidade para o desenvolvimento de projetos que atentam as prioridades;
- Compreender as principais fontes de financiamento utilizadas;
- Entender o mecanismo da administração pública;
- Compreender a elaboração de um projeto para captação de recursos.

Conteúdo Programático 1: Captação de recursos públicos e planejamento orçamentário.

Conteúdo Programático 2: Fontes de financiamento e conceitos básicos.

Conteúdo Programático 3: Elaboração de projetos.

Conteúdo Programático 4: Fontes específicas e prestação de contas.

Bibliografia:

BRASIL, Portal da Transparência. Convênios e outros acordos. 2020. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/convenios-e-outros-acordos>. Acesso em: 8 out. 2020.

BRASIL, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Convênios e outros repasses. 6 ed. Brasília: Secretaria Geral de Controle externo. 2016

BROSE, Markus. (org). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

CECILIO, Luiz Carlos. **A imanência do planejamento e da gestão**: a experiência da Prefeitura Municipal de Curitiba. Brasília: ENAP, 1999.

COSTA, Greiner, DAGNINO, Renato. (orgs.). **Gestão estratégica em políticas públicas**. 2. ed. revista e ampliada. Campinas: Editora Átomo & Alínea, 2014.

De Toni, Jackson. **Guia para elaboração dos PPAs municipais**. Escola Nacional de Administração Pública, abril 2013.

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente**: governantes governados. Tradução de Luís Felipe R. del Riego. São Paulo: Fundap, 1996.

PEREIRA, Edmo da Cunha. **Governar o Município** – Antes e depois da Posse. 5. ed. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2004.

PMI - PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Guia PMBOK®: Um Guia para o Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos. 6. Ed. Pennsylvania: PMI, 2017.

Disciplina: Licitações e lei de responsabilidade fiscal

Ementa: Estudo da Administração Pública, incluindo seu conceito, formas de organização, diferenciação e classificação dos entes públicos. Compreensão do conceito de licitação e sua fundamentação legal. Diferenciação e análise dos tipos e modalidades de licitação e suas aplicações. Análise dos princípios aplicados à licitação. Verificação das normas que disciplinam as licitações: Lei nº 8.666/93 e a Nova Lei de Licitações, Lei 14133/2021; Lei nº 10.520/02; LC 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Estudo do edital de licitação: forma, elementos, critérios, especificações, instruções. Análise dos principais aspectos e elementos do contrato administrativo: cláusulas, fiscalização, rescisão, multa. Verificação das hipóteses de dispensa do processo licitatório e contratação direta. Análise de recursos cabíveis no processo licitatório e inexecução contratual, e os tipos penais da Lei nº 8.666/93. Aspectos práticos das licitações.

Competências e Habilidades:

- Compreender a Administração Pública, seu conceito, Administração Pública Direta e Indireta;

- Compreender o conceito de ente público, órgãos, entidades, sua diferenciação e classificação;
- Conhecer os diversos tipos e modalidades da licitação, sua aplicação e obrigatoriedade de utilização pelos entes públicos;
- Conhecer as leis que regulamentam e disciplinam o processo de licitação;
- Verificar as atualizações da Nova Lei das Licitações;
- Estudar os princípios que regem o processo licitatório;
- Compreender os elementos que compõe o edital de licitação e sua importância;
- Estudar controle administrativo e responsabilidade fiscal;
- Analisar o controle administrativo nas licitações.

Conteúdo Programático 1: A Administração Pública: conceito, classificação, órgãos, entidades, diferenciação e classificação dos entes públicos; orçamento público. A Administração Pública, serviços Públicos e a necessidade de licitar.

Conteúdo Programático 2: Conceito de licitação: fundamentação legal, tipos, modalidades, princípios aplicados à licitação. Nesta aula será aprofundada a licitação no direito brasileiro, inclusive suas modalidades e as formas de contratação direta, além das formas de dispensa e inexigibilidade. Igualmente, veremos a questão de como se processa a licitação e os critérios de julgamento, seja o de menor preço e melhor técnica ou apenas menor preço. Nova Lei de Licitações.

Conteúdo Programático 3: Processo licitatório. Formas de Contratação. As novas e mais usuais formas de contratação: Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e o mais recente, que é o Regime Diferenciado de Contratação. Recursos. Nova Lei de licitações.

Conteúdo Programático 4: Controle Administrativo e Responsabilidade Fiscal; órgãos de fiscalização e formas de fiscalização na licitação. Lei de acesso à Informação.

Bibliografia básica:

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000.

MONTEIRO, Vera (coord.). O novo regime jurídico das licitações e contratos. Revista do Advogado. São Paulo, nº 153, Mar.2022.

Bibliografia complementar:

AGUIAR, Afonso Gomes. **Lei de responsabilidade Fiscal**. Fórum, 2004.

BRASIL. Lei 12.527/2011. **Lei de Acesso à Informação: promulgada em 18 de novembro de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. **Lei de Licitações. 8.666/1993: promulgada em 21 de junho de 1993.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Disciplina: Lei anticorrupção: comparações entre a lei brasileira e outros sistemas anticorrupção

Ementa: O tema corrupção é de grande relevância para a sociedade brasileira e o mundo. Dado o reconhecimento cada vez maior da ocorrência de corrupção e da complexidade de escala supranacional do assunto, criam-se ao longo dos anos, diversos instrumentos para seu combate, que serão analisados nesta disciplina. Assim, serão estudados, em ordem cronológica, diversos atos, convenções e leis nacionais e internacionais que se dizem “anticorrupção”; alguns deles emanados do próprio Brasil, outros incorporados da esfera internacional no ordenamento jurídico nacional e alguns que não se relacionam diretamente com o Brasil, mas que podem atingir seus cidadãos e que serviram de inspiração para a lei brasileira anticorrupção.

Conteúdo Programático 1: Primeira grande legislação sobre corrupção: o Foreign Corrupt Practices Act of 1977, dos Estados Unidos.

Conteúdo Programático 2: Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 1996 da Organização dos Estados Americanos (OEA), promulgada pelo Decreto nº 4.410/02 no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, de 1997 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), promulgada pelo Decreto nº 3.678/00 no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Lei nº 9.613/98, a lei brasileira antilavagem de dinheiro, e dispositivos do Código Penal contra a corrupção.

Conteúdo Programático 5: Convenção Penal sobre a Corrupção do Conselho da Europa, de 1999, e seu Protocolo Adicional, de 2003, e Convenção Civil sobre a Corrupção do Conselho da Europa, de 1999.

Conteúdo Programático 6: Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de 2003 da Organização das Nações Unidas (ONU), promulgada pelo Decreto nº 5.687/06 no Brasil.

Conteúdo Programático 7: Inspiração para a lei brasileira anticorrupção: o Bribery Act, de 2010 no Reino Unido.

Conteúdo Programático 8: Lei nº 12.846/13, a lei anticorrupção: conteúdo e comparação com outros sistemas anticorrupção.

Bibliografia

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Brasília, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000.** Promulga a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3678.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002.** Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, parágrafo 1o, inciso "c". Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4410.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.** Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.** Regulamenta a Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.** Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Lei nº 12.846, de 1º de março de 2013.** Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

CONSELHO DA EUROPA. **Additional Protocol to the Criminal Law Convention on Corruption.** Estrasburgo, 2003. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/090000168008370e>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Civil Law Convention on Corruption.** Estrasburgo, 1999. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/090000168007f3f6>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Criminal Law Convention on Corruption**. Estrasburgo, 1999. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/090000168007f3f5>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

DIPP, Gilson; CASTILHO, Manoel L. V. de. **Comentários sobre a Lei Anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Código Federal dos EUA – Título 15. Comércio e Negociação – Capítulo 2B – Bolsas de Valores**. Cláusulas Anti-Suborno e sobre Livros e Registros Contábeis da Lei Americana Anti-Corrupção no Exterior. Washington D. C., 1977. Disponível em: <<https://www.justice.gov/sites/default/files/criminal-fraud/legacy/2012/11/14/fcpa-portuguese.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

REINO UNIDO. **Bribery Act 2010**. An Act to make provision about offences relating to bribery; and for connected purposes. Londres, 2010. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2010/23/pdfs/ukpga_20100023_en.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

VICENTE, Greco Filho; ROSSI, João Daniel. **O combate à corrupção e comentários à Lei de Responsabilidade de Pessoas Jurídicas (Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013)**. São Paulo: Saraiva, 2015.

Demais referências:

CAMARGO, Beatriz C.. Instrumentos internacionais no combate à corrupção. Transformações e harmonização do direito penal brasileiro: considerações sobre os crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 89, p. 95-130, 2011.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de direito internacional público**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012.

PESTANA, Marcio. **Lei anticorrupção**: exame sistematizado da Lei. Barueri: Manole, 2016.

SILVEIRA, Renato de M. J.; Saad-Diniz, Eduardo. **Compliance, direito penal e lei anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2015.

VERÍSSIMO, Carla. **Compliance**: incentivo à adoção de medidas anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2017.

Disciplina: Instrumentos de intervenção urbana

Ementa: Histórico da Formação e Conformação dos Espaços Urbanos. Direito à Cidade. Função Social da Propriedade. Desenvolvimento Urbano e seus Impactos. Estatuto da Cidade e Instrumentos Urbanísticos. Vazios Urbanos, Especulação Imobiliária e Processo de Gentrificação.

Competências e Habilidades:

- Compreender o processo de formação e desenvolvimento das cidades;
- Identificar os atores envolvidos, os conflitos e interesses diversos no crescimento urbano;
- Dominar conceitos relativos aos instrumentos urbanísticos e suas funções;
- Analisar os impactos positivos e negativos de determinadas intervenções urbanas;

Conteúdo Programático 1: Histórico das Ocupações e Formações Urbanas.

Conteúdo Programático 2: Função Social da Cidade e da Propriedade.

Conteúdo Programático 3: Estatuto da Cidade e Instrumentos Urbanísticos.

Conteúdo Programático 4: Processo de Gentrificação e Espetacularização das Cidades.

Bibliografia Básica

ARANTES, Otília B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos; "A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, Petrópolis: Ed. Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição.

CHUECA GOITIA, Fernando. Breve história do urbanismo. 7. ed. Lisboa: Presença, 2008. 209 p. (Universidade hoje; n. 21). ISBN 9789722315418 (broch.).

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997;

LEFEBVRE, Henri- O direito à cidade—Tradução Rubens Eduardo Frias—São Paulo: Centauro, 2001;

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 556 p. ISBN 978852860856 (broch.).

Bibliografia Complementar:

NOBRE, Eduardo Alberto Cusce. Recuperação da valorização imobiliária para financiamento da transformação urbana. In: Eixos de estruturação da transformação urbana, inovação e avaliação em São Paulo[S.l: s.n.], 2016.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. In: De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

FERREIRA, João Sette Whitaker- O mito da Cidade-global: o papel da Ideologia na produção do espaço urbano—Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo, SP: Editora Unesp; Salvador, BA: Anpur, 2007.

Disciplina: Construções inteligentes e sustentáveis

Ementa: Na atualidade em que se vive, o uso da tecnologia está atrelado a praticamente todos os fatores da vida humana, e não é diferente no meio da construção. Dessa forma, esta disciplina tem o propósito de abordar conceitos e caracterizar temas como cidades inteligentes (*smart cities*), sustentabilidade nas cidades, os desafios de incorporar essas temáticas no planejamento e a habitação autossuficiente.

Conteúdo Programático 1: Introdução às *smart cities*. Definição e caracterização de tecnologias para a sua implantação.

Conteúdo Programático 2: Sustentabilidade e soluções em cidades inteligentes.

Conteúdo Programático 3: Os desafios para a construção das cidades inteligentes.

Conteúdo Programático 4: Habitação autossuficiente e seus sistemas alternativos.

Competências e habilidades:

- Entender os conceitos que envolvem as cidades inteligentes.
- Discutir a implantação das tecnologias das cidades inteligentes.
- Discutir a sustentabilidade em cidades inteligentes.
- Conhecer e aplicar as tecnologias de habitação autossuficiente e sistemas alternativos.

Bibliografia Básica:

Cortese, Tatiana Tucunduva Philippi; Kniess, Cláudia Terezinha; Maccari, Emerson Antonio. **Cidades Inteligentes e Sustentáveis**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2017.

Ferreira, Antônio Domingos Dias. **Habitação Autossuficiente – Interligação e integração de sistemas alternativos**. 1.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

Leite, Carlos; Awad, Juliana di Cesare. **Cidades Sustentáveis: Cidades inteligentes – Desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. 1 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Morozov, Evgeny; Bria, Francesca. **A cidades inteligente – Tecnologias urbanas e democracia**. 1 ed. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

Neto, Vicente Soares. **Cidades inteligentes: Guia para construção de centros urbanos eficientes e sustentáveis**. 1 ed. São Paulo: Editora Érica, 2018.

Bibliografia complementar

McAlpine, Paul. "**Maneiras inesperadas de como nossas cidades estão se tornando mais inteligentes**" [Unexpected Ways Our Cities Are Becoming Smarter] 12 Set 2019. ArchDaily Brasil. (Trad. Sbeghen Ghisleni, Camila) Acessado 27 Set 2022. <https://www.archdaily.com.br/br/924458/maneiras-inesperadas-de-como-nossas-cidades-estao-se-tornando-mais-inteligentes>

Trigueiro, André. **Cidades e Soluções – Como construir uma sociedade sustentável**. 1 ed. São Paulo: Editora Leya, 2022.

Montjoy, Valeria. "**Casas autossuficientes que se pagam produzindo energia limpa**" [Self-powered Homes That Pay for Themselves by Producing Clean Energy] 29 Mai 2022. ArchDaily Brasil. (Trad. Souza, Eduardo) Acessado 27 Set 2022. <https://www.archdaily.com.br/br/981520/casas-autossuficientes-que-se-pagam-produzindo-energia-limpa>

Disciplina: Gestão da mobilidade e acessibilidade urbana

Ementa: Estudo dos princípios de planejamento e mobilidade urbana. Definição e conceituação de mobilidade urbana sustentável e inteligente. Compreensão de acessibilidade nas esferas das escalas geográficas e dos instrumentos de planejamento previstos nas políticas urbanas e setoriais, considerando inclusive a abrangência das modalidades de transporte e o seu uso na promoção da equidade social. Abordagem sobre a gestão ambiental e sustentabilidade aplicada aos deslocamentos. Construção dos bancos de dados necessários para a construção do planejamento da mobilidade e o uso do transporte como instrumento promotor da democracia, da justiça, da igualdade e da qualidade de vida.

Competências e habilidades:

- Realizar a leitura do cenário da mobilidade urbana sob a égide dos assuntos que compõe o cenário local, regional e nacional;
- Correlacionar os temas ligados a gestão da mobilidade e os dados necessários para realizar os projetos e o planejamento das relações de deslocamento na mobilidade e as pesquisas a serem desenvolvidas no ambiente urbano, tendo como pano de fundo a sustentabilidade e a equidade.
- Aplicar ferramentas de tecnologia da informação à gerência dos sistemas de transporte,
- Facilitar a acessibilidade no ambiente urbano,
- Fomentar atividades de incentivo ao uso de modalidades de transporte não motorizados,
- Promover a integração entre as diferentes modalidades de transporte;
- Elaborar pesquisas e pensar a mobilidade urbana, inclusiva e equitativa.

Conteúdo programático 1: Introdução aos estudos da mobilidade urbana: Definições e conceitos de mobilidade, acessibilidade e planejamento urbano, as diferentes modalidades de transporte, a tecnologia e a sustentabilidade aplicada a mobilidade.

Conteúdo programático 2: A mobilidade urbana nas políticas e instrumentos de gestão urbana: o estatuto da cidade e o plano diretor dos municípios. A política nacional da mobilidade urbana e o planejamento regional.

Conteúdo programático 3: Planos Diretores de mobilidade urbana como instrumento de planejamento setorial: a complexidade da mobilidade urbana em grandes, médios e pequenos

municípios. As pesquisas em mobilidade urbana como base de dados para a elaboração dos planos no setor. Metodologias de elaboração de planos diretores de mobilidade.

Conteúdo programático 4: A humanização dos espaços como forma de promover a mobilidade urbana: O Desenho Universal, a Mobilidade Ativa, o Urbanismo Tático e os projetos de transformação do cenário da mobilidade.

Bibliografias básicas

PORTUGAL, L. S. **Transporte, mobilidade e desenvolvimento urbano**. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2017.

VASCONCELLOS, E. A. **Mobilidade urbana e cidadania**. 1.ed. São Paulo: Editora Senac, 2018.

VASCONCELLOS, E. A. **Políticas de transporte no Brasil: a construção da mobilidade excludente**. 1.ed. Barueri: Editora Manole, 2014.

Bibliografias complementares

COSTA, M. S. **Um índice de mobilidade urbana sustentável**. 2008. 274f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

DIAS, Reinaldo. **Fundamentos de sociologia geral**. 6.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

DUARTE, F. **Planejamento urbano**. 1.ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. Trad. MARCO, A. D. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>> Acesso em 21/11/2022.

PIRES, A. C. M.; PIRES, L. R. G. M. (org.). **Mobilidade Urbana: desafios e sustentabilidade**. 1.ed. São Paulo SP: Editora Mack Pesquisa, . 2016.

RAZZOLINI FILHO, E. **Transporte e modais com suporte de TI e SI**. 1.ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.

RUBIM, B.; LEITÃO, S. O plano de mobilidade urbana e o futuro das cidades. **Revista Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, 2013.

SIMÕES, F.; SIMÕES, E. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). **Caderno Técnico: Sistema viário e Trânsito Urbano**. 2016. Disponível em: <<https://www.crea-pr.org.br/ws/wp-content/uploads/2016/12/sistema-viario-e-transito-urbano.pdf>> Acesso em 27 dez. 2021.

SPECK, J. **Cidade caminhavel**. 1.ed. São Paulo: editora Perspectiva, 2019.

VASCONCELLOS, E. A. **O que é trânsito**. 1.ed ebook. Ver. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

Disciplina: Tendências e inovações

Ementa: Conceitos básicos de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ferramentas de prospecção tecnológica. Tendências demográficas, sociais e de gênero. Tendências globais, políticas e econômicas. Tendências tecnológicas. Tendências ambientais. Tendências em mobilidade. Inovação e o papel do Estado, instrumentos de regulação e políticas públicas.

Competências e Habilidades:

- Compreender os principais conceitos em Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Utilizar as ferramentas de prospecção tecnológica;
- Mapear as tendências da atualidade e dos próximos 20 anos;
- Propor inovações a partir do mapeamento de tendências;
- Compreender o papel estatal por meio de regulação e políticas públicas para fomentar a inovação.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: Conceitos em CT&I e ferramentas de prospecção tecnológica.

Conteúdo Programático 2: Tendências em comportamento humano.

Conteúdo Programático 3: Tendências em aplicações tecnológicas.

Conteúdo Programático 4: O papel do Estado no fomento da inovação.

Bibliografia básica

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

RASQUILHA, L. **Coolhunting e pesquisa de tendências**: observar, identificar e mapear as tendências e mentalidades emergentes do consumidor. 1. ed. São Paulo: Actual Editora, 2015.

SALERNO, M. S.; GOMES, L. A. V. **Gestão da inovação (mais) radical**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

SCHERER, F. O.; CARLOMAGNO, M. S. **Gestão da inovação na prática**: como aplicar conceitos e ferramentas para alavancar a inovação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia complementar:

BURGELMAN, R. A.; CHRISTENSEN, C. M.; WHEELWRIGHT, S. C. **Gestão estratégica da tecnologia e da inovação: conceitos e soluções**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

CREDIDIO, G. S.; PEDROSO, M. C. Modelo de Negócios Air-to-Cash: o estudo de caso da Brasil Ozônio. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 13, n. 2, p. 15–39, 2019. Disponível em: <<http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/download/1249/pdf>>.

EL HEDHLI, K.; ZOURRIG, H.; BECHEUR, I. Celebrity endorsements: Investigating the interactive effects of internalization, identification and product type on consumers' attitudes and intentions. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 58, 1 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0969698920312686>>.

MORRIS, R. **Fundamentos de design de produto**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

TIWARI, A. A.; CHAKRABORTY, A.; MAITY, M. Technology product coolness and its implication for brand love. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 58, p. 102258, 1 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0969698920312662>>.

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

